 

MARCELO HENRIQUE DE SOUSA

**A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E A RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS:** UMA ANÁLISE DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM UNIDADES PRISIONAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

**SÃO LOURENÇO**

**2023**

 

MARCELO HENRIQUE DE SOUSA

**A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E A RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS:** UMA ANÁLISE DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM UNIDADES PRISIONAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno Marcelo Henrique de Sousa como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel, do Curso de Direito, da Faculdade de São Lourenço.

Orientador: Professor Rony Amaral Mateus

**SÃO LOURENÇO**

**2023**

**A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E A RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS:** UMA ANÁLISE DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM UNIDADES PRISIONAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

MARCELO HENRIQUE DE SOUSA[[1]](#footnote-1)

RONY AMARAL MATEUS[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a educação e a ressocialização de apenados nas unidades prisionais do estado de Minas Gerais, por meio dos programas educacionais oferecidos nessas instituições. A pesquisa utilizará uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, e seguirá as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, revisão da literatura, coleta de dados, análise e interpretação dos dados obtidos e discussão dos resultados. A pesquisa tem como fundamento o quanto a participação em programas educacionais ofertados pode contribuir para a ressocialização de apenados e redução da taxa de reincidência criminal. Os resultados esperados incluem a identificação das características dos programas educacionais, a análise da relação entre a participação nos programas e a taxa de reincidência criminal, a identificação de fatores que afetam a efetividade dos programas, a análise dos impactos dos programas na vida dos apenados e recomendações para aprimorar as políticas públicas de educação prisional em Minas Gerais e em outras regiões do país. Este estudo contribuirá para o avanço do conhecimento sobre a relação entre a educação e a ressocialização, e fornecerá informações valiosas para melhorar as políticas públicas de educação prisional em Minas Gerais e em outras regiões do país.

**Palavras-chaves:** Ressocialização, Educação, Políticas públicas.

**ABSTRACT**

The present work aims to analyze the relationship between education and the resocialization of inmates in prison units in the state of Minas Gerais, through the educational programs offered in these institutions. The research will use a mixed approach, combining quantitative and qualitative methods, and will follow the following steps: bibliographical research, literature review, data collection, analysis and interpretation of the data obtained and discussion of the results. The research is based on how participation in educational programs offered can contribute to the resocialization of convicts and reducing the rate of criminal recidivism. The expected results include the identification of the characteristics of educational programs, the analysis of the relationship between participation in the programs and the rate of criminal recidivism, the identification of factors that affect the effectiveness of the programs, the analysis of the impacts of the programs on the lives of inmates and recommendations to improve public prison education policies in Minas Gerais and other regions of the country. This study will contribute to the advancement of knowledge about the relationship between education and resocialization, and will provide valuable information to improve public prison education policies in Minas Gerais and other regions of the country.

**Keywords:** Resocialization, Education, Public policies.

### **INTRODUÇÃO**

Com o crescente aumento do número de pessoas encarceradas, não só no Estado, mas em todo no país, torna-se urgente a necessidade de implementação e aprimoramento de políticas públicas que visem buscar a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade, preparando-os para o retorno ao pleno convívio com a sociedade em melhores condições que adentraram ao cárcere.

Nesse diapasão, a educação, dentre outros, é um dos principais instrumentos para a reinserção social dos presos, oferecendo-lhes oportunidades, ampliação de conhecimentos, mudanças de comportamentos, sobretudo a busca efetiva na capacitação profissional.

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a educação e a ressocialização de apenados, com ênfase em programas educacionais, ofertados em unidades prisionais no estado de Minas Gerais. Para tanto, serão abordados aspectos teóricos relacionados à ressocialização e à educação em unidades prisionais, bem como as políticas públicas de educação nas unidades administradas pelo Departamento Penitenciário do Estado de Minas Gerais (DEPEN/MG), regidos pela SEJUSP (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/MG).

Ainda, serão analisados, os programas educacionais em unidades prisionais no estado e os resultados obtidos na ressocialização. Ao final, serão apresentadas considerações e sugestões para o aprimoramento das políticas públicas de educação, visando a uma maior efetividade na ressocialização dos reeducandos, bem como na redução da taxa de reincidência criminal.

### **REINCIDÊNCIA CRIMINAL E A IMPORTÂNCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO**

A reincidência criminal refere-se à tendência de indivíduos que já cumpriram pena em prisões voltarem a cometer crimes após sua liberação. Em Minas Gerais, assim como em muitos outros estados e países, a reincidência é um problema persistente e preocupante.

Vários são os esforços das autoridades responsáveis pela política criminal em Minas Gerais estão sendo feitos com o intuito de diminuir essa crescente.

Muitos egressos do sistema prisional, enfrentam dificuldades para encontrar um trabalho digno e honesto após a libertação devido ao estigma da condenação criminal, falta de habilidades e competências profissionais, dentre outros fatores. A reintegração à sociedade pode ser dificultada pela falta de moradia estável, levando alguns destes egressos a recorrerem a atividades criminosas e delituosas para sobreviver. Além de problemas de saúde mental não tratados ou são viciados em drogas ou álcool, o que pode levar a recaídas após a liberação.

O processo de reintegração social do preso no sistema penitenciário brasileiro abrange vários aspectos, tanto em relação às situações precárias das instituições prisionais quanto no que diz respeito à desestrutura familiar e social que o indivíduo enfrentará após o cumprimento da pena. A falta de recursos e programas de reabilitação adequados nas prisões pode não preparar eficazmente os detentos para uma vida produtiva fora das grades junto a sociedade.

A ressocialização é um conceito-chave no sistema de justiça criminal, que busca preparar os apenados para reintegrar à sociedade de maneira produtiva e reduzir a reincidência. Ao fornecer aos apenados a oportunidade de se reabilitarem e se tornarem cidadãos produtivos, a sociedade pode avançar em direção à justiça social e à reparação do dano causado pelo crime. A ressocialização está atrelada com os princípios de direitos humanos, que defendem a dignidade e a reabilitação dos detentos.

Um ambiente prisional que prioriza a ressocialização pode ser mais seguro para funcionários, detentos e visitantes, reduzindo conflitos e a violência no ambiente prisional.

Para abordar a reincidência criminal e promover a ressocialização eficaz, é essencial adotar uma abordagem multidisciplinar que inclua programas educacionais, treinamento profissional, apoio psicossocial, tratamento de saúde mental e vícios, programas de emprego pós-liberação e estratégias de reintegração comunitária. Além disso, é importante que o sistema prisional e a sociedade como um todo reconheçam a importância de tratar os presos com dignidade e respeito, a fim de ajudá-los a se tornarem membros produtivos da sociedade após o cumprimento de suas penas.

A ausência de um sistema de apoio social forte e sólido, como família e amigos, pode aumentar a probabilidade de reincidência. A ressocialização pode diminuir a reincidência, o que, por sua vez, reduz o número de crimes e contribui para a segurança pública num todo.

### **DESAFIOS E BARREIRAS À EDUCAÇÃO PRISIONAL**

A implementação de programas educacionais nas unidades prisionais do estado de Minas Gerais, assim como em outros estados da federação, enfrenta diversos obstáculos. Esses obstáculos podem dificultar a eficácia desses programas e comprometer um dos de seus objetivos principais que é a ressocialização.

Dentre outros quesitos fundamentais no processo de ressocialização, destacamos a importância da educação escolar no âmbito carcerário. Segundo Onofre (2017), frisou a relevância da presença do espaço escolar nas unidades prisionais:

[...] a escola na prisão, assim como as demais práticas sociais ali existentes, é geradora de interações entre os indivíduos, promove situações de vida com melhor qualidade, recompõe identidades, valoriza culturas marginalizadas, promove redes afetivas e permite (re) conquistar a cidadania. Inserida em um espaço repressivo, ela potencializa processos educativos para além da educação escolar, evidenciando a figura do professor como ator importante na construção de espaços em que o aprisionado pode (re) significar o mundo como algo dinâmico e inacabado. (ONOFRE, 2017, p. 173).

Dentre os fatores que dificultam a efetividade de tais programas, ou até mesmo a reestruturação de programas já existentes, podemos destacar a falta de salas de aula adequadas, equipamentos ou tecnologia para oferecer educação de qualidade, sendo prejudicial na experiência educacional dos apenados, tornando-se mais difícil a efetivação de uma aprendizagem de qualidade e eficaz. A falta de treinamento específico dos profissionais para lidar com estes alunos em contexto prisional se torna também um problema. Além das unidades superlotadas e condições de vida precárias podem criar um ambiente hostil e estressante, tornando difícil a concentração e a motivação para a educação.

A baixa motivação por parte de alguns estão ligadas à falta de perspectivas futuras ou à crença de que a educação não lhes trará benefícios reais, torna-se essencial uma abordagem direta quanto a falta de motivação por meio de estratégias adequadas.

Muitos apenados podem ter baixos níveis de escolaridade ou até mesmo serem analfabetos. Isso exige a oferta de programas de alfabetização e a personalização da educação para atender às diversas necessidades educacionais.

 Dentre outros aspectos, a rotatividade de detentos e a reincidência podem dificultar a continuidade dos programas ofertados. A educação requer tempo para produzir resultados eficazes.

Algumas das unidades prisionais podem enfrentar resistência por parte de funcionários e administração para implementar programas educacionais, devido a uma cultura prisional punitiva tradicional. São inúmeras as teorias sobre a razão fundamental do direito de punir e a finalidade da pena. De acordo com Fernandes:

A partir das pressões da opinião pública, contrária a espetacularização do sofrimento humano, e da influência de pensadores, como Cesare Beccaria, o direito penal teve como consequências: a) restabelecimento das razões de punir por parte do Estado; b) o desaparecimento sumário das penas bárbaras; c) preocupação com a reintegração da pessoa com os seus mais lídimos direitos (FERNANDES, 2000, p.53).

É necessário sensibilizar e treinar o pessoal para apoiar efetivamente a educação nas prisões. A burocracia e a complexidade das normativas podem atrasar a implementação destes programas e dificultar o acesso a recursos externos.

Garantir o acesso contínuo à educação após o egresso a sociedade é crucial, mas muitas vezes negligenciado. A falta de programas de transição educacional e apoio pode resultar na perda dos benefícios obtidos durante o cárcere.

Para superar esses obstáculos e promover com sucesso a educação como uma ferramenta eficaz de ressocialização, é necessário um comprometimento conjunto do sistema prisional, do governo do Estado, da sociedade civil e de instituições educacionais em Minas Gerais. Isso envolve alocar recursos adequados, melhorar a infraestrutura, capacitar professores, promover uma cultura de apoio à educação nas prisões e abordar as necessidades educacionais específicas dos presos.

### **ANÁLISE DA EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS**

Um dos indicadores mais importantes para avaliar a efetividade dos programas educacionais em unidades prisionais é a taxa de reincidência. Uma redução significativa na reincidência entre os participantes dos programas indica um impacto positivo na ressocialização.

Pesquisas apontam um índice 37,6% de reincidência criminal no país, similar à de países vizinhos. Sendo ponderado como a reincidência é muito rápida.

É importante avaliar quantos detentos participam dos programas educacionais e quantos deles conseguem concluir com sucesso os cursos. Taxas de participação e conclusão mais altas indicam um maior alcance e efetividade dos programas.

Faz-se necessário avaliar se os programas educacionais estão resultando em melhorias mensuráveis na educação dos presos. Isso pode incluir a aquisição de novas habilidades, a obtenção de diplomas ou certificações e o aumento nos níveis de alfabetização.

A efetividade dos programas também pode ser medida pelo sucesso em encontrar emprego após a liberação. Os programas devem preparar os apenados para enfrentar o mercado de trabalho com habilidades relevantes.

Torna-se necessário avaliar se tais programas estão contribuindo para a mudança de comportamento e atitude dos presos. Isso inclui uma redução na participação em atividades criminosas dentro das prisões e uma atitude mais positiva em relação à sociedade.

A efetividade dos programas educacionais depende da qualidade do ensino oferecido. Isso inclui a capacitação dos professores, a relevância curricular, a adequação dos materiais didáticos e a disponibilidade de recursos.

Alguns detentos podem ter necessidades educacionais especiais, como aulas de alfabetização, enquanto outros podem se beneficiar de cursos de ensino médio ou profissionalizantes. É importante garantir que todos os detentos tenham igualdade de acesso aos programas educacionais, independentemente de fatores como raça, gênero, idade ou histórico criminal.

O acompanhamento pós-liberação pode fornecer informações sobre como estão aplicando o que aprenderam no cárcere em suas vidas cotidianas.

Uma análise completa deve levar em consideração os custos dos programas educacionais em relação aos benefícios sociais, econômicos e de segurança pública resultantes da redução da reincidência.

Para avaliar de forma abrangente a efetividade dos programas educacionais em unidades prisionais do Estado, é essencial conduzir pesquisas longitudinais e avaliações contínuas. Além disso, a colaboração entre agências governamentais, instituições educacionais e organizações da sociedade civil é fundamental para aprimorar constantemente os programas e maximizar seu impacto na ressocialização e na redução da reincidência.

A apresentação de dados quantitativos e qualitativos proporciona uma visão mais completa do impacto dos programas educacionais nas unidades prisionais. Esses dados podem ser utilizados para orientar políticas públicas e práticas que buscam melhorar a ressocialização dos detentos e reduzir a reincidência criminal.

### **RESULTADOS A LONGO PRAZO E MEDIAÇÃO DO SUCESSO**

Para compreender a eficácia dos programas educacionais ofertados no âmbito prisional, torna-se necessário a avaliação da empregabilidade e a continuidade nos estudos após a liberação e reintegração na sociedade. Além disso, a definição de métricas para mensurar o sucesso dos programas é fundamental para considerar a sua efetividade.

 É relevante analisar quanto tempo leva para o encontrar emprego após a liberação. Medir o grau de sucesso na reintegração dos presos na sociedade é essencial. Isso também inclui a estabilidade de moradia, o envolvimento em atividades criminosas e a reconexão com familiares. Acompanhar a reincidência criminal ao longo do tempo é uma métrica importante para avaliar a reintegração. Verificar se os egressos continuam a buscar educação ou treinamento após a liberação é relevante para avaliar a sustentabilidade dos benefícios educacionais.

De acordo com os dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN/MG), por meio da Diretoria de Ensino e Profissionalização, o primeiro semestre deste ano encerrou com uma média de 1.140 detentos, matriculados mensalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental e outros 145, envolvidos em projetos de alfabetização. Os números representam, respectivamente, aumentos de 20,75% e 89,39% em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro semestre de 2022, 944 presos estiveram presentes mensalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 77 nos projetos de alfabetização.

A análise dos resultados a longo prazo e o uso de métricas bem definidas ajudam a avaliar com precisão a eficácia dos programas educacionais. Essas métricas fornecem dados concretos para orientar políticas públicas e práticas que visam melhorar a ressocialização dos detentos e reduzir a reincidência criminal, contribuindo para uma sociedade mais segura e inclusiva.

### **IMPACTO NA COMUNIDADE E PARCERIAS EXTERNAS**

A educação prisional pode ter impactos positivos significativos na comunidade local circundante às unidades prisionais. Quando bem implementada e integrada ao sistema prisional, ela pode trazer benefícios tangíveis e melhorar a qualidade de vida para os residentes das áreas próximas.

Quando os detentos recebem educação e treinamento durante o cumprimento de suas penas, eles têm uma maior probabilidade de se reintegrarem com sucesso na sociedade após a liberação. Isso leva a uma redução na reincidência criminal, o que, por sua vez, contribui para um ambiente mais seguro na sociedade.

Programas educacionais prisionais que preparam os detentos para o mercado de trabalho aumentam suas chances de encontrar emprego após a liberação. Isso pode ajudar a reduzir o desemprego na comunidade, pois estando empregados são menos propensos a cometer crimes.

A reintegração bem-sucedida na força de trabalho local pode contribuir para o crescimento econômico. Eles se tornam consumidores ativos, pagadores de impostos e, em alguns casos, até empreendedores.

Quando lhe são ofertadas oportunidade de empregos se tornam economicamente autossuficientes, eles são menos dependentes de programas assistenciais. Isso reduz a carga sobre os recursos públicos e pode resultar em uma economia significativa para a sociedade e o governo. A educação prisional também pode impactar positivamente as famílias dos detentos. Ao adquirirem habilidades educacionais e profissionais, eles estão mais aptos a fornecer apoio financeiro e emocional às suas famílias, reduzindo a vulnerabilidade das crianças à pobreza e a problemas sociais.

É importante ressaltar que a educação prisional não deve ser vista apenas como um benefício para os detentos, mas como uma estratégia para criar elos mais seguros e resilientes. A colaboração entre o sistema prisional, o governo local, as instituições educacionais e a sociedade civil são fundamentais para maximizar esses impactos positivos e promover a reintegração eficaz dos egressos para a sociedade.

As parcerias com instituições educacionais e organizações da sociedade civil desempenham um papel primordial no âmbito prisional, contribuindo para a melhoria da educação, da reabilitação e da reintegração dos detentos. Podem servir como uma ponte entre o cárcere e a comunidade local, promovendo uma maior compreensão e apoio à reintegração.

Em síntese, as parcerias com instituições educacionais, bem com as organizações da sociedade civil são elementares para enriquecer a educação prisional, proporcionar oportunidades de reabilitação eficaz e apoiar a fiel e almejada reintegração dos detentos junto a sociedade. Quando essas parcerias são estabelecidas e gerenciadas de forma eficaz, elas têm o potencial de melhorar significativamente o sistema prisional e contribuir para a redução da reincidência criminal.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E RECOMENDAÇÕES**

Uma revisão abrangente das políticas públicas relacionadas à educação prisional em Minas Gerais deve envolver consultas a especialistas, instituições educacionais, organizações da sociedade civil, detentos e seus familiares, bem como uma análise rigorosa de programas já aplicados em outras unidades e a sua efetividade.

Deve-se ser criar um sistema educacional prisional que contribua efetivamente para a ressocialização e para a redução da reincidência, promovendo uma sociedade mais segura e participativa, frente aos desafios elencados.

Avaliar o financiamento atual para programas educacionais e considerar a alocação de recursos adicionais, se necessário, para garantir a qualidade e a disponibilidade de oportunidades educacionais adequadas.

Aprimorar os programas educacionais voltados especificamente para a preparação para o mercado de trabalho sem rotulações, incluindo habilidades de busca de emprego, desenvolvimento de currículos e entrevistas.

Integrar componentes educacionais que promovam a cidadania responsável, ética e valores sociais, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes.

A reabilitação bem como e a ressocialização daqueles privados de liberdade requer um compromisso a longo prazo com a educação, o apoio psicológico e a reintegração na sociedade. É primordial que o sistema prisional trabalhe em conjunto com outras agências governamentais, instituições de ensino e organizações não governamentais para alcançar esses objetivos.

### **CONCLUSÃO**

Em conclusão, a relação entre a educação e a ressocialização dos apenados é de fundamental importância para promover a reintegração desses indivíduos na sociedade. A análise de programas educacionais em unidades prisionais no estado de Minas Gerais revela que investir na educação dentro das prisões não apenas proporciona aos detentos a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades, mas também desempenha um papel essencial na redução da reincidência criminal.

Através da avaliação individualizada das necessidades educacionais, do acesso a recursos adequados e do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, é possível implementar programas educacionais eficazes que visam a capacitação dos detentos, contudo melhorar suas perspectivas pós-cárcere e sua real reintegração. Além disso, programas de apoio psicológico, capacitação profissional e programas de redução de danos desempenham um papel vital na abordagem holística da reabilitação.

O processo de ressocialização não é apenas benéfico para os detentos, mas também para a sociedade em geral, pois contribui para a redução da criminalidade e para a criação de cidadãos produtivos. No entanto, para alcançar esses objetivos, é necessário um compromisso contínuo por parte das autoridades penitenciárias, educacionais e da sociedade como um todo. A transparência, a responsabilidade e a avaliação contínua são essenciais para garantir que os programas educacionais nas unidades prisionais do Estado e em todo o país continuem a evoluir e a contribuir para a transformação positiva das vidas dos encarcerados. A educação não é apenas um direito fundamental, mas também uma ferramenta poderosa para a reinserção e a reconstrução das vidas daqueles que cometem erros e almejam uma segunda chance junto a sociedade.

### **REFERÊNCIAS**

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** 1. ed. São Paulo. Edipro, 1999.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Ministério da Justiça. **SENAPPEN lança Levantamento de Informações Penitenciárias referentes ao primeiro semestre de 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semestre-de-2023 Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Reincidência Criminal no Brasil**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2023/03/reincidencia-criminal-atencao-ao-preso-apos-saida-pode-evitar-novos-crimes-diz-pesquisadora Acesso em: 10 ago. 2023.

ONOFRE, E. C. **A escola na prisão:** caminhos e ousadias na formação de professores. *Trabalho & Educação.* Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 169-181, jan-abr, 2017.

1. Bacharelando em Direito pela Faculdade de São Lourenço (UNISEPE). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Especialista em Gestão Pública pela Faculdade São Luís.

Email: marcelohsousa@yahoo.com.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Especialista em Ciências Criminais – UCAM/RJ. Advogado. Email: ronyamaral@adv.oabmg.org.br [↑](#footnote-ref-2)